

Apresentação



Esta edição de Retratos de Assentamentos tem muito a comemorar. Em primeiro lugar porque completamos 35 anos de história, repleta de lutas, esforço e dedicação a este periódico pioneiro no debate sobre os assentamentos rurais, a reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.

Este aniversário de Retratos coincide também com outras datas importantes de serem mencionadas e lembradas. Este ano de 2024 marca momentos fundamentais da trajetória de luta de distintos segmentos das classes trabalhadoras do campo brasileiro que se

imbricam com a própria trajetória da democratização do país.

A fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, no município de Cascavel/PR, reuniu várias organizações de âmbito estadual em uma organização nacional para dar voz e vez àqueles que lutam pelo direito à terra. O MST, com origens que antecedem o ano de 1984, teve, em janeiro desse ano, o início da trajetória do movimento como uma frente de ativismo público orgânico, antecedendo aquele que seria o I Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1985.

Os vários momentos da luta pela reforma agrária no país, com ascensos e descensos, sempre teve (e tem) no MST um interlocutor legítimo e potente. O recente período democrático brasileiro, sabidamente incompleto na prossecução dos direitos das classes populares, ganhou mais realidade com a atuação desse coletivo que se metamorfoseou e qualificou em diferentes etapas de sua história, sem abandonar seu perfil de luta anticapitalista. A sua inserção na Via Campesina, no início do Século XXI, ampliou seu alcance em termos de experiência e qualificação internacional, reafirmando uma aliança dos povos do campo sobretudo na América Latina.

Da mesma forma, o ano de 2024 marca os 40 anos da Greve de Guariba (ocorrida em 1984), que revelou para o país a superexploração, as péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, os chamados boias-frias, do interior de São Paulo. Que teve da parte das autoridades uma forte reação de repressão e morte de trabalhadores. A greve e os protestos ocorridos no coração da região de agricultura mais modernizada do país repercutiu rapidamente, reverberando por praticamente todo o interior paulista (e outros estados) e marcando o surgimento de “um novo sindicalismo rural” em São Paulo, que veio desaguar na criação da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo).

A partir de então, mesmo com a claudicância da fiscalização trabalhista e o imenso poderio do agronegócio paulista, a luta dos assalariados rurais se estrutura com pautas discutidas pela base sindical. Além disso, é digna de nota a interface entre a luta dos assalariados rurais (a princípio, por direitos trabalhistas) e a luta pela reforma agrária. Na região Nordeste de São Paulo,

os primeiros assentamentos rurais se deram na esteira das mobilizações dos trabalhadores rurais do corte da cana, justamente como uma forma de atender esse segmento tão excluído de qualquer pacto de cidadania. A luta avançou, portanto, colocando no horizonte a terra e a reforma agrária como formas de enfrentar o desemprego estrutural.

Mencionamos também os 49 anos da organização da Comissão Pastoral da Terra, organizada pela Igreja Católica, mas que congregou outras denominações cristãs em apoio à organização e defesa da população sem-terra, posseiros e trabalhadores rurais em nosso país. Juntamente com o documento lançado em 1980, Igreja e Problemas da Terra, que neste ano completa 44 anos de seu lançamento.

Fruto desse conjunto de frentes de organização e luta por uma outra configuração de sociedade, especialmente para nosso desenvolvimento rural, os profissionais das ciências em nosso país, em seus diferentes campos de atuação, passaram a se dedicar a estudar e apoiar essas outras formas de organização social.

Da relação entre a ação da sociedade organizada e da ciência é que se avança na busca de novos modelos inclusivos de desenvolvimento e enfrentamento aos efeitos das mudanças do clima. A agricultura convencional, a expropriação dos territórios camponeses, a especulação e a grilagem fundiária que promovem a violência e o desmatamento, são colocadas em um campo antagônico à possibilidade de se produzir e conviver com o meio ambiente, a partir da aprendizagem e estudo de práticas desenvolvidas pelas populações tradicionais e dos agricultores familiares.

O período é de retomada das ações e esperança ante o arbítrio que ameaçou nossa frágil democracia. Que as sementes do autoritarismo sejam controladas e que prevaleça a defesa do Estado Democrático de Direito e a organização do país baseada nos princípios da Constituição Federal de 1988.

Desta forma, nesta edição, queremos lembrar esse conjunto de datas simbólicas, pois são marcos das lutas democráticas e do compromisso social da ciência em nosso país. Elas revelaram que a Questão Agrária e a Reforma Agrária são elementos que a todo instante se tenta invisibilizar, que sem atender e resolver as demandas sociais nosso país será sempre assombrado pela desigualdade, pela injustiça e não será um país onde todos os brasileiros são iguais perante a Lei. Agora com um novo elemento que será o agravamento e consequências das mudanças climáticas sobre os mais pobres.

Este número da revista está organizado em diferentes blocos temáticos que se referem a um conjunto amplo e interdisciplinar das questões agrárias e suas interfaces. Os aspectos estruturais que permanecem a desafiar a utopia de uma justa distribuição da terra e um projeto de desenvolvimento rural inclusivo é objeto do artigo que discute os mecanismos de apropriação da terra pelo mercado. Já os mecanismos do Estado, que podem fomentar ou não o abastecimento alimentar, por meio de políticas públicas de estabilização de preços à população urbana e pela inclusão da agricultura familiar nos mercados institucionais são discutidos na sequência.

Seguimos com uma série de estudos de caso, em diferentes realidades da agricultura familiar brasileira, que perpassam temas comuns do desenvolvimento rural, tais como: a (in)disponibilidade de acesso às ações de assistência técnica e extensão rural, o significativo aporte de crédito por parte de cooperativas para estruturação de estratégias produtivas, a importância (e os desafios) da previdência social para a reprodução social da agricultura familiar e a aplicação de biodigestores como uma tecnologia social capaz de mitigar problemas sociais e ambientais, ao passo que constroem conhecimentos na experiência prática.

Outros estudos estão focados em aspectos sociais e culturais da agricultura familiar, que valorizam a compreensão das dinâmicas produtivas nos assentamentos por meio das experiências e práticas de produção e gestão. A organização social contribui para a produção e distribuição de alimentos, bem como o aumento da renda, enfrenta desafios de toda a ordem – como na distribuição da produção, devido à precariedade das vias de acesso aos assentamentos e à indisponibilidade de maquinários para os serviços de manutenção, dentre outros vários fatores.

Em cenários de dificuldades, os estudos apresentam que a segurança alimentar, os aspectos culturais de produção de alimentos, a forma de trabalho entre os membros do núcleo familiar, a organização associativa e as políticas públicas para o meio rural resultam em melhoria da qualidade de vida das famílias. Nos quintais, acrescenta-se o protagonismo feminino, pois simbolizam liberdade, mas também são decisivos para a segurança e soberania alimentar, transição agroecológica, comercialização e renda. Destaca-se, ainda, o potencial para plantas medicinais nos quintais a partir do conhecimento popular.

Por fim, neste bloco de artigos que tratam dos aspectos organizativos e culturais, deixamos as perspectivas de futuro, com um estudo sobre a juventude em um assentamento rural do Piauí e, outro, sobre a relação campo-cidade a partir do recorte espacial. O primeiro deixa claro que nem todos os jovens desejam sair do assentamento, mas são obrigados pela necessidade de trabalhar, em busca de melhores condições de vida. No entanto, desejam retornar quando for possível. Corroborando com essa força dos aspectos da cultura rural, que permanecem não só na juventude rural que gostaria de voltar, mas que são observados em área urbana no último artigo deste número, fica claro que as práticas socioespaciais tipicamente rurais se perpetuam no espaço urbano. A pesquisa identificou, dentre outros aspectos, a produção de alimentos em pequenos espaços na cidade, denotando a permanência de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Indica, portanto, uma linha de pesquisa pela qual se pode observar o quanto rural e urbano estão imbricados, sobretudo em municípios com forte influência da agropecuária.

Uma boa leitura a todas e todos, com o convite renovado à crítica e à participação nesta revista que além de análises multidimensionais dos assentamentos busca valorizar situações que mostram, em distintas regiões do Brasil, a importância vital de uma abordagem interdisciplinar da questão agrária e de suas interfaces. Em tempos de valorização e qualificação da democracia, Retratos se faz presente. E assim seguimos.